

Lula negocia acelerar repasses extras para fidelizar Congresso



Lula (PT) em cerimônia do Palácio de Queluz, arredores de Lisboa, nesta segunda (24) Patricia de Melo Moreira/ATF

Governo Lula quer acelerar liberação de verba e conter pressões no Congresso

Articulação ocorre sobretudo na Câmara, e líderes partidários negociam valores de R\$ 3,5 milhões a R\$ 7 milhões por parlamentar

Julia Chaib e Danielle Brant

BRASÍLIA Cobrado por parlamentares e pressionado pela falta de uma base sólida, o governo Lula (PT) busca acelerar o repasse de verbas adicionais a cada deputado como forma de melhorar o clima no Congresso e aprovar medidas de interesse do Planalto.

A negociação para liberação desse tipo de verba ocorreu sobretudo na Câmara e também sob a provável criação de uma CPI para investigar os ataques golpistas de 8 de janeiro — o governo quer ter a maioria de deputados e senadores na comissão, além de indicar presidente e relator.

Ouvidos pela Folha, líderes de três partidos ligados ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), relatam que os valores negociados variam conforme o tempo de casa do deputado, em uma faixa que vai de R\$ 3,5 milhões a R\$ 7 milhões para congressistas.

Isso corresponderia, segundo líderes, a pelo menos metade do montante que os deputados poderiam indicar neste ano nesse tipo de rubrica, denominada RP2, do orçamento de ministérios.

Esses valores se somariam ao dinheiro de emendas individuais, de bancada e de comissões, e a que os parlamentares têm direito. Os deputados indicariam os recursos para projetos de seu interesse.

As verbas de agora se inserem em acordo feito no Congresso em 2022 segundo o qual parlamentares novos e antigos teriam acesso a determinado montante para ações ministeriais em suas bases.

No fim do ano passado, após a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de banir as emendas de relator, que tinham a rubrica RP9, sob argumento de que eram inconstitucionais, o Congresso e o governo Lula costuraram acordo pelo qual parte dos recursos viraria emendas individuais e R\$ 9,8 bilhões iriam para ministérios para atender a pedidos de parlamentares.

Segundo deputados, o ministro Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional) procurou parlamentares nas últimas semanas para falar sobre a liberação das emendas. Nas conversas que manteve com parte da bancada da União Brasil, teria

prometido agilidade e indicado que esta era uma forma de fidelizar os deputados do partido.

A equipe do ministro afirmou que Waldez esteve com integrantes de comissões específicas da Câmara e do Senado e disse aos parlamentares que havia três áreas prioritárias dos ministérios para o direcionamento de verba: defesa civil, segurança hídrica e desenvolvimento regional. Não houve resposta, porém, sobre a negociação para fidelizar a União Brasil.

Integrantes do governo que participam das conversas negam estar negociando valores específicos de cada parlamentar e dizem que não estão atrelando isso à formação da base.

Admitem, contudo, ter pedido a ministérios com mais verbas (como Integração Nacional e Saúde) a aceleração do cadastro dos programas para que parlamentares e prefeitos registrem projetos.

Articuladores políticos do governo afirmam que há uma orientação clara para que ministros recebam os parlamentares e ouçam propostas.

Alegam, porém, que a verba de RP2 não seria uma nova emenda e que a indicação do dinheiro pelos parlamentares será nos moldes do que ocorre antes de ser criada a emenda de relator. Isto é, os deputados teoricamente apresentam um projeto a determinação do programa, geralmente por meio de ofício, e o ministério decide se aceita ou não a indicação da verba de acordo com critérios técnicos.

O ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) é pressionado desde o início do ano por líderes para acelerar a execução das verbas. Até a semana passada, haviam sido liberados cerca de R\$ 4,5 bilhões de restos a pagar em verbas que estavam na rubrica das antigas emendas de relator.

Padilha, em conversas com aliados, busca desatrelar a liberação do dinheiro extra à formação de uma base, mas os próprios parlamentares já avisaram ao governo que, sem isso, será difícil fidelizá-los.

A distribuição dos recursos tem provocado atritos entre a articulação política do governo e a cúpula do Congresso. Segundo parlamentares, o Planalto insiste em ser visto

como o "padrinho" das verbas para os deputados — para diminuir a intermediação de Lira, do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e de líderes partidários.

Na Câmara, porém, os próprios líderes partidários estão definindo como será a alocação dessas verbas. Alguns passaram a enviar planilhas aos deputados para que eles saibam quanto teriam direito de indicar em cada ministério e se articulem para enviar projetos às pastas.

Segundo relatos à reportagem, nas últimas semanas integrantes do governo passaram a ser pressionados para acelerar a liberação da verba, num contexto em que a frágil base de sustentação do Executivo petista começará a ser testada no Congresso.

Avança-se que o governo precisará intensificar o esforço para aprovar o arcabouço fiscal que vai substituir o teto de gastos e pelo risco de derrota em algumas medidas provisórias, com a volta das comissões mistas.

Além disso, a crise do GST (Gabinete de Segurança Institucional) turvou mais ainda o ambiente. O governo passou a defender a CPI sobre os ataques de 8 de janeiro, o que vai exigir que aliados blindem ministros e outras autoridades do Planalto durante as oitivas.

Depois de acertar o novo mecanismo de distribuição de recursos ao Congresso via ministérios, o Planalto quer uma forma de divulgar os agentes públicos beneficiados pela distribuição. A ideia é que ao menos os ministérios possam disponibilizar ofícios com o nome de deputados que apadrinharam determinada verba.

Com isso, qualquer desgaste cairia na conta dos responsáveis por apadrinhar as verbas — que podem ser prefeitos, deputados ou senadores.

Sob o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) transformou-se num dos principais instrumentos para escoar a verba recorde dessas emendas.

Lula repete a aliados que não quer enfrentar outro escândalo como o do mensalão — principal caso de corrupção do primeiro mandato do petista e até hoje fonte de desgaste para o partido.

R\$ 9,8 bilhões

foi o valor destinado a ministérios para atender a pedidos de parlamentares pelo acordo fechado no fim de 2022 entre o Congresso e a equipe de Lula, então presidente eleito, depois que o STF proibiu as emendas de tipo RP9

